

A Desindustrialização da África Sub-Sahariana e o Impacto dos Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural: o Caso dos PALOP's *

Aurélio Porfírio Floriano

Introdução

A industrialização é o processo através do qual o peso da indústria, em geral, e da manufactura, em particular, aumentam no PIB das economias. O rendimento *per capita* sofre um incremento, por influência desse processo, se o contributo dos restantes sectores se mantiver constante, aumentando a percentagem das manufacturas no rendimento nacional (Weiss, 1993, p.4).

Por seu turno, a desindustrialização implica uma redução absoluta no valor acrescentado real das manufacturas, ou uma queda da percentagem ocupada por elas no rendimento nacional. Thirlwall associa o fenómeno da desindustrialização à diminuição da proporção do emprego manufactureiro no seu total e ao declínio absoluto do emprego na manufactura (Bazen e Thirlwall, 1989).

O Relatório do Banco Mundial (1994) define desindustrialização enquanto um declínio significativo e não temporário no *output* e no emprego, que não é consistente com a reafectação eficiente dos recursos e, como tal, coloca a economia numa trajectória de crescimento inferior.

As definições para este fenómeno são diversas, mas destacam duas características principais: a redução do valor da produção manufactureira no produto nacional e a quebra significativa do emprego nesse sector. Contudo, a forma como a desindustrialização se materializa assumiu, nos países em desenvolvimento, características particulares que atribuem um sentido particular ao conceito. O conceito de desindustrialização que consideramos não resulta do desenvolvimento tecnológico industrial de uma economia avançada, nem da transição para uma economia de serviços, nem está relacionado com o processo de desenvolvimento económico ou com o padrão de comércio externo.

Pelo contrário, nas economias em desenvolvimento, e em particular na África Sub-Sahariana, os anos 80 assistiram ao início do declínio da produção industrial que se aprofundou com o decurso das décadas, repercutindo-se na redução do emprego manufactureiro, na redução do valor acrescentado das manufacturas e na deterioração da base industrial, ou seja, na desindustrialização efectiva, que se repercutiram na deterioração do ambiente económico geral e na crescente dependência das exportações de matérias-primas e de recursos externos.

A evolução da indústria na África Sub-Sahariana: a crise industrial

Ao período de crescimento industrial das economias em desenvolvimento das décadas de 50 e 60 não passou indiferente a África Sub-Sahariana, que assistiu a um crescimento (embora modesto) da sua produção industrial, como verificamos no quadro seguinte. A substituição de importações constitui o principal instrumento desse crescimento, alicerçado numa política proteccionista e de investimento estatal.

* Este artigo tem origem na dissertação elaborada para conclusão do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional intitulada: "A Desindustrialização na África Sub-Sahariana: As implicações práticas de um debate teórico". O autor agradece ao seu orientador Prof. Doutor Manuel Ennes Ferreira pela apoio e incentivo na elaboração de ambos os trabalhos.

**Percentagem das regiões em desenvolvimento no MVA mundial e aumento anual do output
manufatureiro, 1960-75**

Ano	África		America Latina		Asia do Sul e Oriente		Asia Ocidental	
	%	aumento	%	aumento	%	aumento	%	aumento
1960	0,7	...	4,1	...	1,9	...	0,3	...
1961	0,7	6,2	4,2	8,6	1,9	8,8	0,3	11,6
1962	0,7	7	4,1	4,4	2	9,4	0,3	5,5
1963	0,7	8	3,9	2,3	2	8,8	0,3	10,1
1964	0,7	6,1	4	11,1	2	6,8	0,3	7,1
1965	0,7	8,6	3,9	5,4	1,9	5,1	0,3	9
1966	0,7	6,2	3,9	7,1	1,9	3,6	0,4	11,3
1967	0,7	1,9	3,9	3,9	1,9	6,2	0,4	9,6
1968	0,7	9,2	4	9,8	1,9	8,6	0,4	11
1969	0,7	9,4	4	8,5	2	11,4	0,4	11,9
1970	0,7	9,2	4,2	8,3	2	6,8	0,4	3,7
1971	0,7	5,6	4,4	8,4	2,1	6,9	0,4	9,5
1972	0,7	11,1	4,4	9,1	2,1	8,4	0,4	9,6
1973	0,8	15,3	4,5	9,2	2,2	11,8	0,5	10,8
1974	0,8	0,1	4,6	5,5	2,3	5,9	0,5	8,2
1975	0,8	0,1	4,8	1,1	2,5	6,6	0,5	8

Fonte: UNIDO (1979)

A esta prosperidade sucedeu-se um período de crise industrial, a partir dos choques petrolíferos dos anos 70, que afectou a generalidade das economias e, em especial, a África Sub-Sahariana. Os indicadores que permitem avaliar a dimensão da crise industrial incluem: a evolução da produção industrial e manufatureira, o valor acrescentado das manufacturas (MVA), a proporção das manufacturas no PNB, o MVA *per capita* e a queda do emprego e produtividade manufatureira. A análise dos dois últimos indicadores não será possível devido a inexistência de dados disponíveis.

Os seguintes quadros, retirados da UNIDO, denunciam essa situação de declínio industrial. No que respeita ao crescimento do MVA e do PNB por regiões, o caso da África Sub-Sahariana, permite apenas identificar uma ligeira inflexão no crescimento real anual médio do MVA, no período de 1991-1996, que contracena com valores da ordem dos 3,5% nos restantes períodos. No que se refere ao PNB, o crescimento real anual médio parece registar incrementos pouco significativos, embora sucessivos, atingindo os 3 % no período 1996-2001.

Crescimento Real Anual Médio do MVA e PNB (em %)

Grupo de Países	MVA			GDP		
	1981 - 1991	1991 - 1996	1996 - 2001	1981 - 1991	1991 - 1996	1996 - 2001
Mundo	3.1	2.8	2.0	3.2	2.7	1.7
Economias Desenvolvidas de Mercado	2.8	2.3	1.0	3.2	2.5	1.2
Economias em Transição	2.6	- 3.9	5.4	2.1	- 3.6	4.7
Regiões em Desenvolvimento:	5.2	6.5	4.3	3.8	5.0	3.1
África Sub-Sahariana	3.1	2.3	3.7	2.5	2.6	3.0
Norte de África	4.8	3.8	5.4	2.5	3.7	3.4
América Latina e Caraíbas	1.3	2.7	0.5	1.7	3.3	- 0.2
Ásia do Sul e Oriente	8.5	6.9	4.4	5.4	5.3	4.2
China**	9.5	10.9	6.4	9.3	8.7	5.8
Ásia e Europa de Leste	4.3	3.5	2.9	2.0	3.0	1.1

Fonte: UNIDO (2003), Country Statistics On-line.

** Incluindo Hong Kong SAR e Taiwan, mas excluindo Macau SAR devido à falta de dados.

Contudo, o próximo quadro ilustra a evolução do desempenho industrial, nomeadamente da percentagem do MVA no PNB, confirmando essa inversão na tendência crescente visível até à década de 70.

Percentagem do MVA no PNB em 1960, 1970 e 1990			
Região	1960	1970	1990
Mundo	28,9	28,1	22,2
Economias Desenvolvidas de Mercado	29	28,2	22,6
Europa de Leste	42,4	42,2	36,8
Países em Desenvolvimento	19,4	18,9	19,6
América Latina e Caraíbas	21,5	23,8	23
África Sub-Sahariana	8,4	10,2	9,5
Norte de África	12,9	12,1	12,3
Ásia Ocidental	12,4	13,1	12,5
Sub Continente Indiano	12,3	12,8	15,3
Ásia Oriental e do Sudoeste incl. China	15,2	19	26,4

Fonte: UNIDO (1995), tabela 6, p. 12.

Analisando a distribuição mundial da produção de manufacturas, para o período entre 1970-94, verificamos mais uma vez que a partir dos anos 70 a África Sub-Sahariana assistiu a um declínio na produção de manufacturas, enquanto os restantes países em desenvolvimento obtiveram um incremento significativo.

Percentagem do MVA na produção mundial de manufacturas, 1970-1994, %				
	1970	1980	1990	1994
Economias Desenvolvidas de Mercado	85,6	79,7	78,1	76,6
Países em Desenvolvimento	10,3	14,8	17	20,8
América Latina e Caraíbas	5	6,5	4,8	5,1
África Sub-Sahariana	0,4	0,3	0,3	0,3
Norte de África e Ásia Ocidental	1,5	2,4	3	3,4
Sub Continente Indiano	0,8	0,9	1,3	1,4
Ásia Oriental e do Sudoeste incl. China	2,1	4,2	7,3	10,3

Fonte: Compilado por UNIDO das Nacional Accounts Statistics, UNIDO, 1995, tabela 3, p. 9.
Nota: Em dólares a preços constantes de 1990

No que respeita ao trajecto do MVA *per capita*, a África Sub-Sahariana apresenta-se desde logo como a única região onde existe um decréscimo efectivo no decorrer do período. Apresentando sempre valores pouco significativos, são actualmente inferiores aos da década de 80.

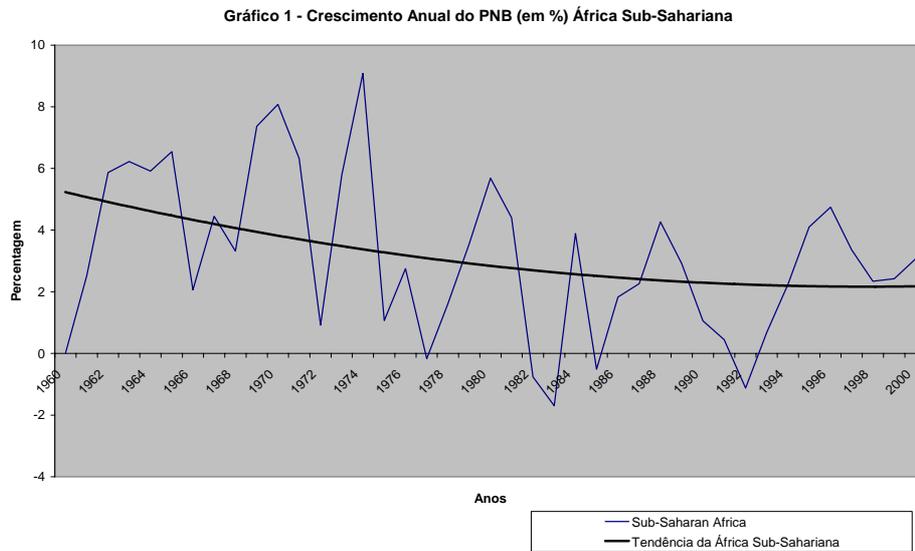
MVA per capita em US\$ a preços contantes 1990						
Grupo de países	1981	1986	1991	1996	2000	2001
Economias Desenvolvidas de Mercado	3660	3916	4355	4480	4985	5039
Economias em Transição	804	885	888	495	610	681
<i>Regiões em Desenvolvimento:</i>						
África Sub-Sahariana	44	45	43	37	40	40
Norte de África	146	173	178	184	215	230
América Latina e Caraíbas	674	586	559	563	600	588
Ásia do Sul e Oriente	78	96	139	189	229	242
China*	88	123	166	290	419	467
Ásia e Europa de Leste	568	645	663	614	684	696

Fonte: UNIDO (2003), On-line (Estimativas da UNIDO baseadas em dados provenientes de várias fontes nacionais e internacionais).

* Incluindo Hong Kong SAR e Taiwan, mas excluindo Macau SAR devido à falta de dados.

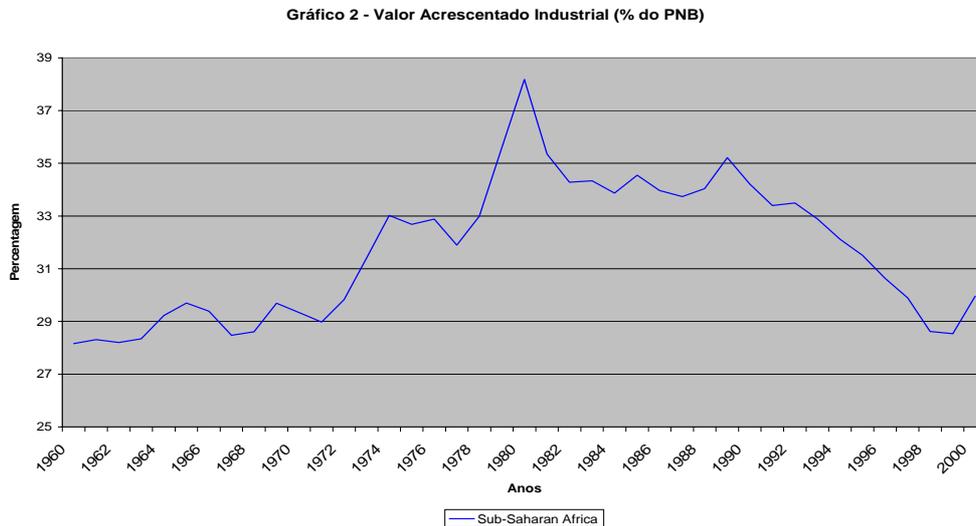
As séries longas apresentadas pelo Banco Mundial confirmam a tendência. Como se depreende do gráfico 1, a linha de tendência do crescimento anual do PNB, na África Sub-Sahariana, é decrescente. Para além disso, podemos verificar que o

crescimento do PNB sofre de problemas graves de vulnerabilidade, com uma variação acentuada entre picos de crescimento mais elevado e de crescimento negativo.



Fonte: World Bank (2002), 2002 World Development Indicators CD-ROM, International Bank for Reconstruction and Development, World Bank.

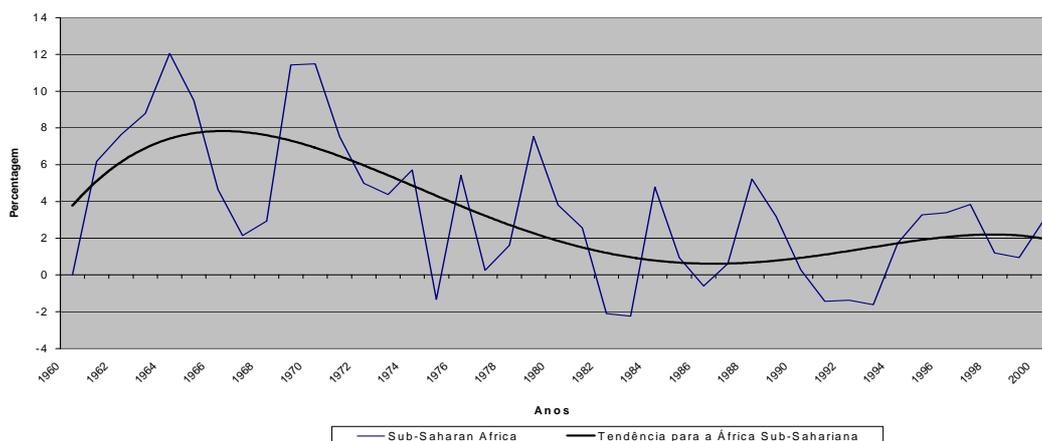
No que se refere à percentagem do valor acrescentado industrial no produto nacional bruto (gráfico 2), podemos identificar duas tendências, que se enquadram no nosso argumento: por um lado, um crescimento continuado durante a década de 60 e 70; por outro, um decréscimo sucessivo, a partir da década de 80 até a actualidade.



Fonte: World Bank (2002), 2002 World Development Indicators CD-ROM, International Bank for Reconstruction and Development, World Bank.

No gráfico 3 podemos visualizar mais claramente o crescimento anual do valor acrescentado da indústria, desde a década de 60 até ao final dos anos 90.

Gráfico 3 - Crescimento anual do Valor Acrescentado Industrial (em %)

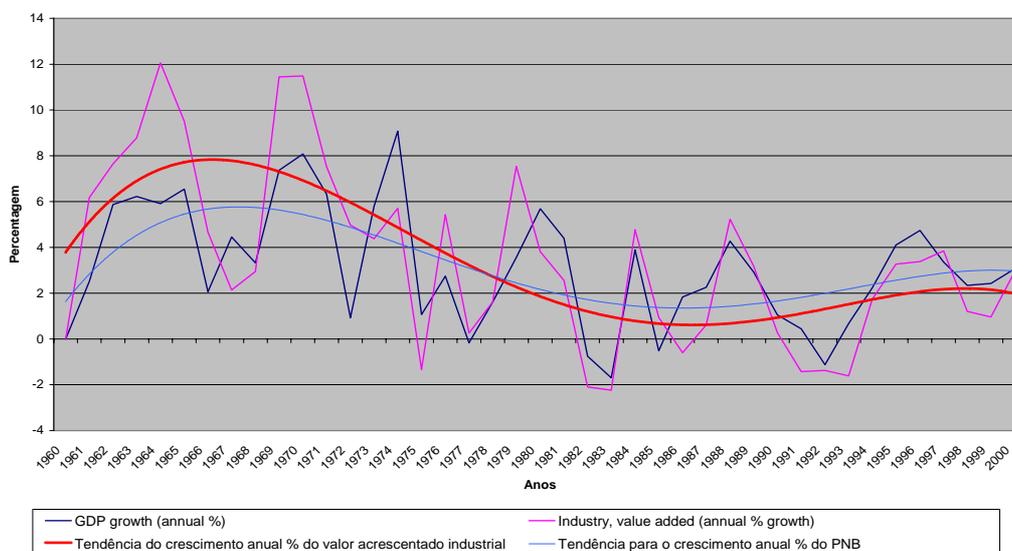


Fonte: World Bank (2002), 2002 World Development Indicators CD-ROM, International Bank for Reconstruction and Development, World Bank.

Do mesmo modo, facilmente verificarmos que, embora com oscilações, o crescimento foi superior durante a década de 60 até meados da de 70, chegando pela primeira vez a valores negativos aquando do primeiro choque petrolífero de 1973. A partir deste período encontramos várias fases de crescimento negativo continuado. De resto, aliás como demonstra a tendência para a África Sub-Sahariana, o crescimento tem vindo a diminuir significativamente desde a década de 80.

Quando comparamos o crescimento anual do PNB e do valor acrescentado das manufacturas identificamos uma marcada diferença entre dois períodos distintos (gráfico 4): um primeiro, que tem início nos anos 60 e se prolonga até aproximadamente 1978, onde o crescimento do MVA é superior ao do PNB, o que demonstra um relativo dinamismo industrial; o segundo, que decorre desde o final da década de 70 até actualidade, em que a tendência se inverte, e o crescimento do PNB ultrapassa o do MVA, o que significa que estamos perante um declínio continuado do sector industrial na África Sub-Sahariana.

Gráfico 4 - Comparação entre o crescimento anual do MVA e PNB



Fonte: World Bank (2002), 2002 World Development Indicators CD-ROM, International Bank for Reconstruction and Development, World Bank.

O caso particular na África Sub-Sahariana: os PALOP

No conjunto dos países da África Sub-Sahariana, pretendemos destacar a situação particular das economias dos PALOP, nomeadamente da Moçambique, S. Tomé e Príncipe, e Guiné-Bissau. O período de crise da década de 70 provocou o início da estagnação e/ou declínio do sector manufactureiro, que assumiu carácter contínuo e continuado, verificando-se inclusive desindustrialização nessas economias.

Comparação Internacional da Performance Industrial (países escolhidos)

Indicador	Ano/Período	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	África Sub-Sahariana	Países em Desenvolvimento
Crescimento real anual médio do MVA (em %)	1992-1997	6.2	11.7	1.4	2.5	5.4
	1997-2002	-3.2	20.1	2.5	2.8	3.9
PNB não-manufactureiro, crescimento real anual médio (em %)	1992-1997	5.7	6.7	1.7	3.3	5.3
	1997-2002	-1.6	6.2	3.1	2.9	3.3
MVA per capita, em US\$ a preços constantes 1995	1992	15	14	15	32	443
	1997	18	21	15	31	536
	2002	12	49	15	32	908
MVA como percentagem do PNB a preços constantes 1995	1992	6.3	10.8	4.1	9.9	20.2
	1997	6.6	13.1	4.1	9.5	20.2
	2002	6.2	21.8	4.0	9.5	20.3

Fonte: UNIDO (2004), Statistical Section.

Os dados mais recentes da UNIDO, 1992-2002, permitem apontar que apenas Moçambique apresenta taxas de crescimento real do MVA significativas, enquanto nos restantes países são negativas ou estagnadas. No que respeita ao MVA *per capita* é mais uma vez Moçambique que apresenta algum crescimento deste indicador, contudo os valores alcançados constituem apenas cerca de 5% da média dos países em desenvolvimento.

Neste ponto é importante analisar igualmente a evolução da estrutura económica desde o início do período de crise industrial. Os dados para Moçambique permitem evidenciar uma queda do peso da indústria no PNB, desde 1987, e no que respeita às manufacturas, a sua contribuição para o produto é ainda inferior.

Estrutura da Económica de Moçambique, 1977-1998

STRUCTURE of the ECONOMY				
	1977	1987	1997	1998
(% of GDP)				
Agriculture	..	44.1	34.8	34.3
Industry	..	21.4	19.1	20.8
Manufacturing	11.3	10.5
Services	..	34.4	46.1	44.8
Private consumption	..	102.9	90.9	89.0
General government consumption	..	9.9	7.4	9.3
Imports of goods and services	..	31.4	30.2	30.5
	1977-87	1988-98	1997	1998
(average annual growth)				
Agriculture	..	3.1	7.6	7.0
Industry	..	5.3	23.9	22.9
Manufacturing	29.8	7.5
Services	..	5.7	7.1	9.7
Private consumption	-5.0	2.4	8.3	11.8
General government consumption	-4.8	-5.7	9.9	32.2
Gross domestic investment	0.5	7.4	17.1	29.4
Imports of goods and services	-6.7	0.1	0.7	24.2
Gross national product	-4.8	4.8	12.2	11.8

Fonte: World Bank, "Mozambique at a glance", 9/22/99

O caso de S. Tomé e Príncipe é particular porque, devido às características do processo de colonização e da estrutura de produção, a manufactura nunca teve um peso significativo na economia. Mesmo assim, o desaparecimento do sector industrial

existente é evidente, devido à redução consecutiva da contribuição das manufacturas para o PNB, representado em 1998 apenas 2,7% do PNB santomense.

Estrutura Económica de S. Tomé e Príncipe, 1977-1998

STRUCTURE of the ECONOMY				
	1977	1987	1997	1998
<i>(% of GDP)</i>				
Agriculture	..	23.8	23.3	13.9
Industry	..	8.3	18.7	16.6
Manufacturing	..	8.3	3.9	2.7
Services	..	67.9	58.0	69.5
Private consumption	77.9	60.6	70.9	51.1
General government consumption	7.2	53.4	45.1	39.8
Imports of goods and services	66.7	51.4	93.9	76.2
	1977-87	1988-98	1997	1998
<i>(average annual growth)</i>				
Agriculture	..	-6.4	1.0	2.4
Industry	..	5.5	5.0	-16.1
Manufacturing	..	-5.9	-25.2	-34.9
Services	..	3.3	-0.1	7.9
Private consumption	..	-8.0	..	-7.8
General government consumption	..	8.4	23.8	-12.8
Gross domestic investment	..	5.6	1.9	-0.3
Imports of goods and services	..	-1.7	4.7	-16.2
Gross national product	0.8	1.2	0.4	1.6

Fonte: World Bank, "S. Tomé e Príncipe at a glance", 9/13/99

De igual modo, também na Guiné-Bissau se presenciam um processo deterioração estrutura industrial e, em particular, da manufactura. A tendência decrescente, que se enceta na década de 70, não foi invertida nas subsequentes. Contudo, o crescimento fortemente negativo de 1998 está associado ao clima conturbado provocado por conflitos internos.

Estrutura Económica da Guiné-Bissau, 1977-1998

STRUCTURE of the ECONOMY				
	1977	1987	1997	1998
<i>(% of GDP)</i>				
Agriculture	46.2	57.6	54.6	62.4
Industry	22.6	13.2	15.3	12.7
Manufacturing	..	8.5	11.2	9.3
Services	31.2	29.2	30.1	24.9
Private consumption	85.0	81.7	90.1	99.6
General government consumption	18.5	10.7	7.0	9.3
Imports of goods and services	32.6	39.0	39.9	35.1
	1977-87	1988-98	1997	1998
<i>(average annual growth)</i>				
Agriculture	0.5	3.9	7.5	-17.3
Industry	1.3	1.5	3.5	-45.0
Manufacturing	..	1.6	3.3	-45.0
Services	8.2	0.4	4.9	-33.1
Private consumption	2.8	5.3	5.3	-21.8
General government consumption	5.5	-0.1	15.3	-24.4
Gross domestic investment	4.0	-7.7	-18.2	-43.9
Imports of goods and services	2.8	-3.4	24.3	-28.6
Gross national product	3.0	2.0	6.7	-28.9

Fonte: World Bank, "Guine-Bissau at a glance", 9/22/99

A desindustrialização: Estudos Empíricos

A convicção acerca da proliferação deste fenómeno nas economias da África Sub-Sahariana motivou a realização de testes empíricos com o objectivo de analisar a sua efectividade.

O estudo de Noorbakhsh e Paloni (1999) relata a existência de sinais de estagnação industrial e de marginalização da indústria da África Sub-Sahariana. Os

autores referem que, mesmo de acordo com os critérios do Banco Mundial (referidos na anterior explanação do conceito), a evidência empírica do seu trabalho remete para a existência de desindustrialização (p. 567). Acrescentam que dada a pequena dimensão do sector industrial na África Sub-Sahariana, a presente estagnação afectou, muito provavelmente, a base industrial impedindo a sua recuperação no futuro.

Por seu turno, o estudo de Jalilian e Weiss (2000) conclui que os resultados obtidos não podem suportar a proposição geral que, como um todo, África tem vindo a experimentar um grau de desindustrialização não encontrado noutra local (p. 40). Contudo, refere ter encontrado sete países (Burkina Faso, Burundi, Gana, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul e Tanzânia) onde puderam identificar um padrão de desindustrialização.

O impacto das políticas económicas e dos Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural no processo de desindustrialização

O processo de desindustrialização atrás descrito, que afectou os países da África Sub-Sahariana, desde a década de 80, pode decorrer de um conjunto de factores, que incluem: problemas de gestão económica e política interna; características de arranque do processo de desenvolvimento; condições estruturais das economias africanas; condicionalismos externos e relações internacionais; alterações da estrutura de produção económica global; entre outros.

A responsabilidade de cada um desses factores não é objecto deste artigo, incidindo a nossa atenção essencialmente sobre a política externa de concessão de financiamento, nomeadamente sobre papel do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e dos Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural (PEAE) na desindustrialização da África Sub-Sahariana e, em particular, nos casos de Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

O argumento principal é que as orientações macroeconómicas impostas pelos PEAE tiveram efeitos negativos na estrutura industrial existente, criada durante as décadas de Substituição de Importações, contribuindo determinantemente para o processo de desindustrialização.

Estes efeitos perniciosos decorrem, por um lado, da inadequação das políticas económicas propostas às condições estruturais das economias locais, isto é, das limitações e inconsistências dos seus modelos teóricos, que têm falta de aderência às características sócio-económicas dos países da África Sub-Sahariana. Por outro, resultam das incoerências na actuação das organizações internacionais de ajuda, sobretudo entre as suas intenções e práticas correntes.

As políticas económicas recomendadas pelos PEAE privilegiam o mercado como principal mecanismo impulsor do desenvolvimento, promovido através da privatização, liberalização e desregulamentação da economia. Com base em pressupostos e hipóteses pouco adequados e que muitas vezes produzem efeitos contrários aos previstos, as PEAE contribuíram para a destruição da base industrial existente sem assegurarem a respectiva renovação da estrutura produtiva africana, agravando assim a dependências dos recursos primários e a dependência.

Análise do conteúdo dos Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural

O quadro imediato permite descrever pormenorizadamente os conteúdos da condicionalidade, durante a década de 80, e deste modo reflectir sobre o impacto das políticas propostas na estrutura económica dos receptores.

Conteúdos da Condicionalidade, 1979-89 (em %)

	Distribuição das condições dos acordos de empréstimo por área de política e tipo de país a)											
	Todos os países	HIC	SSA	SAL	SECAL	Empréstimos Híbridos b)	Países EIAL e)			Países OAL		Distribuição de todas as acções nos Relatórios do Presidente c)
							1979-85	1986-88	1989	1979-85	1986-89	
I. Políticas do lado da procura, orientadas para o crescimento	85	89	82	77	91	90	88	88	88	87	80	84
Comércio	16	22	14	15	17	4	26	17	11	10	13	16
Sectorial	28	23	26	18	35	62	36	21	44	53	23	28
Indústria	4	4	4	3	4	5	6	4	7	4	2	5
Energia	6	3	2	3	7	31	5	4	24	2	4	5
Agricultura	17	16	19	12	20	19	25	13	12	47	14	17
Sector Financeiro	10	12	7	10	9	1	3	14	18	9	7	10
Racionalização da administração e finanças do governo	7	7	6	11	4	0	8	6	5	3	8	9
Reforma das Empresas públicas	16	18	19	15	17	7	14	21	6	6	18	14
Reforma das políticas sociais	4	5	5	2	5	14	0	8	0	2	5	3
Outras	4	2	5	4	3	1	1	2	2	3	7	5
II. Políticas de redução da absorção	12	9	13	18	8	8	11	10	9	9	15	11
Fiscal	9	7	12	16	6	7	9	9	7	8	11	8
Monetária (objectivos de oferta de moeda)	2	2	2	2	5	0	1	1	3	2	4	3
III. Políticas de Switching	3	2	4	5	5	2	1	2	3	4	5	5
Taxa de Câmbio	2	2	2	2	1	0	1	2	2	2	2	3
Salários	2	0	3	3	1	2	0	1	1	3	3	2
Total d)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

a) HIC: país altamente individualizado; SSA: África Sub-Sahariana; SAL: empréstimo para ajustamento estrutural; SECAL: empréstimo para ajustamento sectorial; EIAL: empréstimos para ajustamento intensivos desde cedo; OAL: outros empréstimos para ajustamento.

b) Baseado num sub-conjunto de 10 SECAL híbridos (híbrido significa que parte do financiamento é para apoio geral à balança de pagamentos e parte é para investimento no sector).

c) Todas as acções em todos os países, incluindo condições de acordos de financiamento.

d) o total inclui mais do que as sub-categorias referidas.

e) remete para a tabela 2-1, do mesmo livro. Os anos referem-se ao ano fiscal da aprovação pelo Conselho.

Fonte: Corbo; Fischer e Webb (1992), Adjustment Lending Revisited: Policies to Restore Growth, World Bank, p. 70, tabela 5-1.

Como se verifica facilmente, de entre as políticas mais prescritas, no grupo das *supply-side, growth oriented policies* (políticas orientadas para o crescimento), as industriais ocupam uma posição residual. Ainda que a indústria possa estar envolvida nas políticas de outros sectores, através das ligações inter-sectoriais existentes, as políticas industriais puras não deveriam ser menosprezadas. Efectivamente, para a África Sub-Sahariana a atenção atribuída pela condicionalidade às medidas de promoção industrial não ultrapassou os 4% do total.

Por outro lado, a política comercial, ou melhor, a liberalização e desregulamentação das trocas constituiu a condicionalidade privilegiada pelas políticas *growth-oriented*. Como se verifica no quadro seguinte, as políticas comerciais só são ultrapassadas em número, no caso da África Sub-Sahariana, pelas agrícolas. Igualmente de notar o elevado pendor das políticas de redução da absorção, nomeadamente da política fiscal. Dos 84 acordos estabelecidos com o FMI, durante o período de 1979-89, cerca de 69% deles continham políticas fiscais, contra apenas 30% com políticas industriais.

Conteúdos das Operações de Empréstimo, 1979-89 (em %)

Percentagem de empréstimos com acordos de condicionalidade em várias áreas a)

	Todos os países (183)	SSA (84)	HIC (64)	SAL (73)	SECAL (110)	Empréstimos Híbridos b) (10)	Países EIAL e)			Países OAL		Percentagem de empréstimos com acções em várias áreas políticas b)
							1979-85 (55)	1986-88 (49)	1989 (15)	1979-85 (9)	1986-89 (55)	
I. Políticas do lado da procura, orientadas para o crescimento												
Comércio	58	58	67	64	55	30	60	69	33	56	55	79
Sectorial												
Indústria	22	30	16	25	20	10	24	20	27	22	20	44
Energia	15	12	14	21	11	30	15	14	7	22	16	27
Agricultura	45	62	33	56	37	30	44	35	27	89	53	62
Sector Financeiro	31	26	31	40	25	20	16	35	27	44	40	51
Racionalização da administração e finanças do governo	51	57	50	71	38	10	51	53	40	44	55	72
Reforma das Empresas públicas	44	58	34	49	40	40	31	49	33	33	56	65
Reforma das políticas sociais	11	13	9	11	11	10	4	20	0	22	11	24
Outras	28	42	17	33	25	10	7	27	20	33	51	49
II. Políticas de redução da absorção												
Fiscal	51	69	41	78	34	30	47	51	53	33	58	67
Monetária (objectivos de oferta de moeda)	16	14	13	14	16	10	7	16	13	11	24	42
III. Políticas de Switching												
Taxa de Câmbio	16	18	20	22	13	0	9	18	20	11	22	45
Salários	13	23	5	25	6	20	4	8	7	11	29	22

a) O número em parêntesis é o número total de empréstimos. HIC: país altamente individualizado; SSA: África Sub-Sahariana; SAL: empréstimo para ajustamento estrutural; SECAL: empréstimo para ajustamento sectorial; EIAL: empréstimos para ajustamento intensivos desde cedo; OAL: outros empréstimo para ajustamento.

b) Todos os países. Todas as condições presentes nos acordos de empréstimo ou presente em todos os Relatórios do Presidente.

Fonte: Corbo; Fischer e Webb (1992), Adjustment Lending Revisited: Policies to Restore Growth, World Bank, p. 71, tabela 5-2.

O privilégio das políticas supracitadas teve efeitos nefastos no sector industrial e manufactureiro, que para além de ter sido objecto de intervenção deficiente e inconsequente, pois não viu definida nenhuma política de efectiva promoção industrial, sofreu com o impacto das políticas de liberalização comercial e de redução da despesa e investimento público, como veremos abaixo.

Os quadros repercutem claramente o predomínio da vertente estabilização, ou seja, de redução da despesa, em relação à vertente ajustamento, ou seja, de reestruturação económica, que marca a política económica proposta pelos PEAE.

Principais incoerências da actuação do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional

As incoerências associadas aos Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural são apontadas pela grande maioria dos autores que se dedicam ao estudo do desenvolvimento contemporâneo. No geral, as similitudes entre eles permitem sintetizá-las, apontado apenas o trabalho de alguns.

Ground (1984) identifica 5 tipos de enviesamento recessivos na actuação do Fundo Monetário Internacional:

1. Montantes insuficiente de financiamento;
2. A inconsistência das políticas económicas (analisada com pormenor à frente);
3. A utilização do *stock* de activos líquidos externos, enquanto critério de performance;
4. A utilização de critérios de performance fixos e específicos. A relevância teórica dos critérios de performance do Fundo é questionável, em termos da intensidade da sua relação com as variáveis da economia real. Para além disso, quase todos os critérios são de curto prazo e *demand oriented* (Loxley, 1986, p. 124);
5. A natureza da ligação entre financiamento externo e os acordos de ajustamento.

Por seu turno, Helleiner (1992) aponta os seguintes erros dos programas de ajustamento, nos anos 80, em África:

1. Demasiada confiança na reforma da estrutura de incentivos;
2. Negligência da provisão de bens públicos cruciais, especialmente infra-estruturas agrícolas;
3. Ingenuidade acerca da natureza das mudanças no sistema financeiro, em particular na eficácia do aumento da taxa de juro;

4. Ingenuidade acerca da eficiência da privatização, essencialmente no mercado agrícola e na distribuição de *inputs*;
5. Negligência do capital humano e da pobreza;
6. Excesso de optimismo acerca das perspectivas de expansão dos ganhos das exportações tradicionais;
7. Sub-financiamento e forma inapropriada de assistência externa;
8. Inconsequência das implicações fiscais da desvalorização e aumento da taxa de juro. (p. 58)

1. A incoerência entre objectivos e práticas

O Fundo Monetário Internacional, a partir da introdução dos ESAF, destaca como objectivo principal das suas políticas o crescimento económico elevado. O director do FMI em 1990, afirmou: «O nosso objectivo principal é o crescimento! Na minha perspectiva, não existe nenhuma ambiguidade acerca disso! É para atingir o crescimento que os nossos programas e a condicionalidade está direccionada!...» (Killick, 1995). Na prática, o Fundo parece ter tornado esse objectivo secundário em relação à reparação do equilíbrio da Balança de Pagamentos, e tende a negligenciar o impacto potencialmente negativo dos seus programas no seu objectivo primário (Sanusi, 1986, p. 61).

Do mesmo modo, os programas do Banco Mundial eram desenhados para estimular o crescimento. Este princípio orientador manteve os seus programas direccionados para o ajustamento estrutural até que, em finais da década de 80, a evidência se acumulou confirmando que os programas do Banco não estimularam a recuperação dos países de baixo rendimento e, em especial, da África Sub-Sahariana. Nesse contexto, em 1992, o Banco Mundial efectuou uma revisão das operações de ajustamento estrutural e sectorial.¹ Esta reformulação tinha como primeiro objectivo estabilizar o ambiente macroeconómico, o que configura uma redefinição do anterior objectivo de ajustamento novamente para a estabilização (Mosley *et al.*, 1995, p. 1461).

2. A marginalização de África na nova economia mundial

O relatório da UNIDO (2000), *Industry and Trade in a Global Economy with Special Reference to Sub-Saharan Africa*, é especialmente crítico do ajustamento estrutural, considerando que contribui para a marginalização e integração selectiva de África na ‘velha’ economia. Considera que a especialização na produção de matérias-primas e a dívida estão intimamente relacionadas. Quer o Banco Mundial quer o FMI utilizaram o seu pendente sobre o endividamento para requerer que a produção africana se concentrasse na exportação de matérias-primas. A consequência foi que o seu intenso afluxo ao mercado mundial forçou a redução drástica dos preços.

Para além disso, o excessivo pendor na produção de bens primários para exportação contribuiu para o declínio da produção de bens alimentares para consumo interno, tornando muitos países vulneráveis à fome e às doenças durante os períodos de secas, guerras e outras catástrofes.

Os programas de ajustamento também forçaram a privatização de empresas, incluindo daquelas com utilidade pública reconhecida. Esta política permitiu a criação de um mercado de activos descapitalizados, tornando-se num negócio atractivo e lucrativo para investidores, nomeadamente para fundos de investimento dos países industrializados. Na prática, a possibilidade do exterior adquirir bens público não

¹ World Bank (1992), *World Bank Structural and Sectorial Adjustment Operations: The Second OED Overview*, World Bank, Washington DC.

incrementa a base de investimento existente, apenas oferece aos investidores estrangeiros mais uma oportunidade para transferir recursos para fora do país.

De uma maneira geral, o período de ajustamento correspondeu a um desinvestimento da economia africana, que ocorreu precisamente no momento em que a revolução das tecnologias de informação transformaram as infra-estruturas de produção, gestão e comunicação em todo o mundo. A marginalidade da economia africana, que já era acentuada, agrava-se, excepto para o sector agricultura de exportações e para *cash crops* específicas, únicos elos de ligação com os mercados internacionais.

Enquanto as empresas e o trabalho africano foram desligados da ‘nova’ economia global emergente, os programas de ajustamento estrutural ajudaram a amarrar mais profundamente os sectores tradicionais a uma ‘velha’ economia global em declínio acentuado, ao mesmo tempo que abriram portas, que permitiram às elites locais deslocar riqueza doméstica para fora do continente.

Em suma, «o ajustamento estrutural serviu para subjugar mais firmemente os recursos económicos dos países africanos ao serviço do sistema global enquanto, ao mesmo tempo, oleou a máquina financeira através da qual a riqueza pode ser transportada para fora de África e para o sistema global» (UNIDO, 2000, p. 16).

3. A falta de responsabilização do Banco Mundial e FMI

O Banco Mundial e o FMI prestaram apoio às economias dos países em desenvolvimento muito antes da imposição de condicionalidades. Deste modo, o financiamento de projectos de investimento, nomeadamente no caso do Banco Mundial, não os isenta de responsabilidades sobre a condução da política económica considerada agora distorcedora. No entanto, a responsabilidade das agências multilaterais na crise africana tem sido totalmente omitido.

Como Stein (1992) avança, não podemos questionar apenas os governos pela tomada de decisões erradas, mas também o Banco Mundial por as ter apoiado e encorajado. Como é evidente, os governos podem ser acusado de um planeamento negligente, contudo, em muitos casos, as suas escolhas não se põem em termos do tipo de tecnologia a usar, mas em termos de implementar ou não um determinado projecto (p. 87).

4. A natureza “ligada” da ajuda bilateral

Esta limitação está relacionada com outra questão importante que é a natureza estrutural da ajuda bilateral. Os governos doadores “ligam”, muitas vezes, os bens e serviços de empresas privadas dos seus países à ajuda dada aos países em desenvolvimento. A ajuda ligada é um instrumento importante para os interesses corporativos dos doadores perseguirem, estabelecerem ou consolidarem mercados nos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que isola os mecanismos de procura nos países receptores e os mercados nacionais contra as forças competitivas (Reality of Aid, 2002, p. 24).² A ajuda ligada, enquanto prática corrente, constitui, ela sim, um importante factor distorcedor nas economias em desenvolvimento.

Em 1997, mais de 50% dos 26 mil milhões dólares de assistência ao desenvolvimento proporcionada pelos membros da União Europeia era ligada (Reality of Aid, 2002, p. 24).

² Randel, J., German, T., Ewing, D. (Eds) (2002), *Reality of Aid 2002: An Independent Review of Poverty Reduction and International Development Assistance*, IBON Foundation, Manila.

5. A natureza do Investimento Directo Estrangeiro

O relatório da UNCTAD, *Economic Development in Africa: Performance, Prospects and Policy Issues*, de 2001, refere que a África Sub-Sahariana, nas últimas décadas, não recebeu efectivamente nenhuma transferência líquida de recursos provenientes do resto do mundo. Pode ser estimado que por cada dólar de influxo líquido de capital recebido, 25% regressaram como pagamento de juros e expatriação de lucros, 30% passaram a outfluxos de capital e a criação de reservas, enquanto 51% compensaram as perdas nos termos de troca. Isto configura uma situação diferente da percepção habitualmente vinculada: uma transferência líquida de recursos da África Sub-Sahariana para o resto do mundo (p. 36).

Por outro lado, as empresas multinacionais, principais investidores privados externos, contribuem bastante para o tipo de investimento que é actualmente condenado: capital-intensivo, dependentes de importações, etc. As próprias multinacionais exigem condições especiais, consideradas agora como distorcedoras (Stein, 1992, p. 87).

6. A relação doador-destinatário

Um dos grandes paradoxos do ajustamento estrutural nos anos 80 em África, observado quer pelos proponentes quer pelos críticos, deve-se ao facto do Estado ter sido o principal alvo da crítica do FMI/Banco Mundial e, ao mesmo tempo, o principal veículo de implementação das políticas (Stein e Niskanke, 1999, p. 410). Relacionado com isto está a problemática clássica do Principal e Agente, que determina a eficiente implementação da condicionalidade.

7. Redução da Pobreza

E será que realmente combatem a pobreza? Os programas do Banco Mundial há alguns anos que contêm compensações sociais, contudo os fundos disponíveis são sempre escassos e não chegam aos segmentos mais pobres da população, para além de não constituírem uma obrigação de implementação para os governos, ao contrário das medidas macroeconómicas (Walther *et al.*, 2001).

As organizações de Bretton Woods, apesar da evidência em contrário, parecem continuar a confiar na existência de um efeito *trickle down* automático do crescimento económico para os extractos mais pobres. De acordo com o próprio FMI, o crescimento é a estratégia mais correcta para reduzir a pobreza, a estabilidade económica é a pré-condição para o crescimento, e o combate à inflação é útil, especialmente para o segmento mais pobre da população. Por tudo isto, o FMI já está a fazer tudo o que pode para reduzir a pobreza (Walther *et al.*, 2001).

8. Consequências Sociais da Liberalização

A liberalização dos preços que se esperava iria originar um aumento da competitividade e baixaria os preços ao consumidor, provocou tensão social nos casos em que o sistema de subsídios de algumas matérias-primas e serviços foi abolido antes de se encontrar um substituto válido, nomeadamente o aumento dos salários (Mawakini, 1986).

De uma forma geral, as implicações em termos de distribuição do rendimento não são consideradas nos programas de ajustamento. Eles não fazem nenhum esforço para garantir níveis de emprego aceitáveis, nem para preservar e alargar a provisão das

necessidades básicas. O ponto de vista do Fundo é que a distribuição do rendimento é uma prerrogativa política dos governos, embora o carácter de austeridade dos seus programas seja responsável por um impacto extremamente negativo no rendimento de determinados grupos mais vulneráveis sem solução política (Loxley, 1986, p. 124/5).

9. A velocidade do processo de Estabilização e Ajustamento

A natureza estrutural das crises africanas remete-nos para a posição do Fundo acerca da rapidez do ajustamento. Os programas do Fundo envolvem um tratamento de choque, que pode afectar seriamente a capacidade de ajustamento real, porque previne o aumento da produção e requer alterações na composição do *output* e prejudica a sustentabilidade política dos programas. No caso da África Sub-Sahariana esta está menos habilitada a receber tratamento de choque do que outros países em desenvolvimento, devido ao seu rendimento *per capita* baixo, e no caso dos países mais pobres, porque o rendimento *per capita* tem vindo a decrescer por um longo período de tempo (Loxley, 1986, p. 123).

Por seu lado, o ajustamento baseado na exposição rápida aos mercados livres pode aniquilar as actividades que são potencialmente competitivas. Essas actividades enfrentam muitas vezes necessidades de aprendizagem que podem ser arriscadas, dispendiosas e prolongadas e que estão sujeitas a falhas de mercado generalizadas.

Principais incoerências das Políticas Económicas dos Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural

Os programas de estabilização e ajustamento estrutural contêm igualmente incoerências entre as políticas que protagonizam. Mosley *et al.* (1995) refere que elas ocorrem desde logo pelo incumprimento das regras básicas para a formulação da política económica.

O princípio de Tinbergen, conceito central para a elaboração de política económica, define que o número de objectivos deve ser igual ao número de instrumentos. Por exemplo, no seu relatório de 1992,³ o Banco Mundial apresenta quatro objectivos: estabilidade dos preços, sustentabilidade da conta corrente, acumulação de divisas externas e crescimento económico (para não mencionar a redução da pobreza), mas só propõe 3 instrumentos: défice fiscal, taxa de câmbio nominal e taxa de juro (mais uma vez, o objectivo do crescimento foi renegado para segundo plano).

1. Con tracção da procura/redução da despesa

Para as economias dependentes da exportação de matérias-primas, existe uma contradição inerente à abordagem conjunta de estabilização mais ajustamento estrutural. As medidas do lado da procura, que procuram melhorar o efeito contracccionista das políticas de redução da despesa, frequentemente agravam os desequilíbrios macroeconómicos (Stein e Niskanke, 1999, p. 408).

As restrições à procura podem também, por elas próprias, provocar uma diminuição da produção doméstica em vez de uma redução da absorção, na ausência de políticas efectivas para contrariar o impacto das medidas de estabilização. A

³ World Bank, *World Bank Structural and Sectorial Adjustment Operations: The Second OED Overview*, World Bank, Washington DC, 1992.

consistência das políticas económicas com os objectivos deve ser cuidadosamente analisada, em vez de ser simplesmente assumida (Tarp, 1993, p. 77).

2. Política Monetária e Fiscal

O modelo de economia aberta, utilizado para responder aos problemas de desequilíbrio da Balança de Pagamentos, dita um corte nos níveis de absorção, através de políticas monetárias e fiscais contraccionistas, para fazer face a choques negativos. Contudo, as alterações da taxa de juro para proporcionar a estabilidade monetária e para aumentar as poupanças, como advogado pela escola da repressão financeira, levaram geralmente a uma queda acentuada do crédito doméstico pós-liberalização e uma descida no investimento produtivo (Nissanke e Aryeetey, 1998).⁴

Para além disso, taxas de juro mais elevadas aumentaram a carga fiscal da dívida doméstica através do aumento dos juros sobre a dívida. Como agravante, uma liberalização financeira abrupta origina frequentemente crises financeiras e bancárias, conjuntamente com o aumento do crédito mal-parado (Stein e Nissanke, 1999, p. 408). Estes factores introduziram um efeito de instabilidade nas condições monetárias e financeiras que contraria as políticas de estabilização.

2.1. Política Monetária

As políticas monetárias utilizadas proporcionam melhores resultados em países mais desenvolvidos, com instituições e mercados financeiros avançados. Nos países em desenvolvimento existem dificuldades acrescidas para o controlo da moeda e do crédito. O controlo do crédito doméstico (ΔD) nem sempre pode ser assegurado de forma efectiva, mas apenas de forma aproximada. Por outro lado, o controlo do crédito doméstico não tem os atributos de um instrumento de política, que lhe permitam variar para atingir o nível desejado, como o FMI esperava.

Nos países em desenvolvimento, onde não existem operações de mercado aberto, o controlo do tecto do crédito é feito através do controlo quantitativo do crédito dos bancos comerciais. Isto, segundo Killick (1995), determina a incapacidade dos programas em limitar a expansão de ΔD .

Dada a tendência, bem documentada, para o FMI subestimar a inflação, as restrições ao crédito podem afectar a procura e a absorção, e mais especificamente, podem se tornar mais contraproduktivas do que o uso de tectos de crédito recomenda (Tarp, 1993, p. 76).

O controlo do crédito é considerado fundamental para controlar a procura e a inflação. Contudo, a desvalorização, o aumento da taxa de juro e dos preços agrícolas aumentam bastante os custos operacionais. Enquanto o crédito está a ser contido as empresas domésticas têm problemas em expandir a procura e em cumprir os objectivos de exportação, o que é contrário aos objectivos do ajustamento industrial (Stein, 1992, p. 88).

⁴ Nissanke, M. e Aryeetey, E. (1998), *Financial Integration and Development in Sub-Saharan Africa*, London and New York: Routledge, citado em Stein e Nissanke, 1999, p. 408.

2.2. Política Fiscal

Do mesmo modo, as políticas para travar o défice fiscal detêm uma natureza contraditória. Uma vez que o período de tempo para reduzir os défices através da recolha de impostos é demasiado curto, nas “facilidades” do FMI o objectivo de equilíbrio fiscal tende a contar mais com a redução das despesas do que com o aumento das receitas. Apesar da evidência bem documentada dos efeitos de *crowding-in* do investimento público, os níveis de investimento público foram reduzidos em média para 5% do PNB, na África Sub-Sahariana, com o ajustamento estrutural (Stein e Nissanke, 1999, p. 408).

Para além disso, a redução abrupta das tarifas levada a cabo como parte da liberalização indiscriminada das importações reduziu drasticamente as receitas dos impostos sobre o comércio – uma fonte vital de receitas na África a Sul do Sara, originando a deterioração do equilíbrio fiscal e impondo a necessidade de novas medidas de estabilização. Para Killick (1995) a redução do défice não é suficiente se não existir reestruturação das distorções do sistema fiscal.

A redução do défice governamental, para atingir os objectivos do FMI, também originou resultados contraditórios. Os cortes nas despesas em infra-estruturas inibiram o crescimento da agricultura e da manufactura orientada para as exportações (Stein, 1992, p. 88).

Por outro lado, as economias da África Sub-Sahariana estão sujeitas a restrições severas em termos de divisas externas e o governo tem poucas fontes alternativas de rendimento, como já referido. Remover as restrições às importações significa, pelo menos no curto prazo, mais um desaparecimento de divisas. Isto pode tornar impossível a gestão da Balança de Pagamentos (Tarp, 1993, p. 36).

No que respeita às empresas públicas, a questão essencial não deve ser a dimensão das empresas públicas, mas a sua eficiência. A análise da performance dessas empresas é que deve indicar o que privatizar e como o fazer. Os problemas de distribuição e as tensões sociais associadas aos processos de privatização indiscriminada devem ser objecto de atenção (Ojo, 1994).

3. Liberalização dos Preços

A liberalização dos preços é uma componente principal das políticas de estabilização e ajustamento. Contudo, *getting the prices right* pode trazer problemas de transição devido à natureza imperfeita do mercado dos produtos e à ruptura generalizada dos canais de produção e comércio (Tarp, 1993, p. 37).

Efectivamente, muitas das distorções na África Sub-Sahariana são inerentes à natureza de certa forma inflexível da economia, à segmentação dos mercados e ao facto de não existir perfeita mobilidade dos factores de produção, como atrás mencionado. Num ambiente como este, a remoção das distorções tem efeitos complexos e necessita de um longo período de tempo para o processo de ajustamento funcionar.

O modelo do FMI assume que os preços são determinados pela lei do preço único, para os bens transaccionáveis, e o preço dos bens transaccionáveis são estabelecidos do lado da procura, através de um *market clearing* flexível e de forma competitiva perfeita. Preços *mark up* e salários rígidos não são, se quer, considerados como possibilidades. Consequentemente, no modelo não são tomados em consideração esses constrangimentos estruturais, que são importante dado o horizonte de curto prazo dos programas do FMI (Tarp, 1993, p. 77).

3.1. Desvalorização da taxa de câmbio

O impacto de curto prazo da desvalorização no *output* depende da relação entre os efeitos negativos na procura agregada e os efeitos positivos na oferta. Isto, por sua vez, depende de se ter atingido a plena capacidade do *output* e da existência de restrições de curto prazo da oferta. Para tal, as elasticidades preço relativas das importações e das exportações e a percentagem de bens transaccionáveis e não-transaccionáveis no produto são evidentemente determinantes.

Para ser efectiva, a desvalorização nominal tem de originar uma desvalorização real, que pode ou não acontecer. A desvalorização, pelo menos no curto prazo, terá efeitos inflacionistas relacionados com o aumento do preço dos *inputs* importado, e este impacto pode ser muito significativo numa economia aberta como as da África Sub-Sahariana (Tarp, 1993, p.41).

Por outro lado, os seus benefícios dependem da existência de factores produtivos e de mercados de produto. Aliás, não é instrumento só por si suficiente para desenvolver uma estratégia industrial que permita alcançar a competitividade internacional (Sachikonye, 1999).

A desvalorização e as restrições ao crédito tiveram muitas vezes consequências contrárias aos próprios objectivos do ajustamento industrial. Os custos de obter fundos domésticos e externos para investimento aumentaram bastante com a desvalorização. Este factor prejudicou a expansão industrial, independentemente de serem de substituição de importações ou orientadas para as exportações (Stein, 1992, p. 88).

A imposição da desvalorização e a liberalização da taxa de juro apenas encorajou lucros elevados para o sector financeiro estrangeiro, enquanto o impacto na produção é indeterminado. A desvalorização aumentou as dívidas externas em termos de moeda nacional, enquanto a liberalização da taxa de juro significa que o governo terá de pagar taxas de juro mais elevadas sob a dívida doméstica. O resultado líquido é que os défices orçamentais pioraram e, uma vez que os países não estão autorizados a emitir moeda, acabaram por ser obrigados a pedir mais empréstimos às organizações internacionais e aos banqueiros privados (UNIDO, 2000, p. 17).

Os efeitos perversos da desvalorização e a liberalização da afectação das divisas externas continuam. Enquanto reduziram a corrupção e o *rent-seeking* (pelo menos alterarem a sua configuração), o impacto de mudar para um sistema de “*ability to pay*” teve como consequência: a oferta de *inputs* vitais para o sector agrícola, como é o caso de um tractor, foi refreada pelo aumento do seu preço; o mercado das divisas externas foi capturado pelas grandes empresas externas (Stein, 1992, p. 89). Efectivamente, a liberalização não consegue reduzir o *rent-seeking*, que é um factor comum a qualquer sistema, desde que os agentes o procurem (Rodrik, 1990, p. 939).

A crítica mais forte à desvalorização imposta pelo Fundo defende que a utilização sistemática deste instrumento aproxima-se de um processo de desvalorização competitiva, com riscos particulares para os países exportadores de matérias-primas, que ao nível agregado originará uma redução dos preços mundiais (Killick, 1995).

A questão como se apresenta aos países da África Sub-Sahariana com taxas de câmbio reais sobrevalorizadas não é se devem ou não desvalorizar, mas como o fazer: eles têm de decidir qual o montante e durante que período os ajustamentos se realizarão. Estas decisões serão muito influenciadas pelo montante e faseamento da assistência financeira disponível para amaciar as inelasticidades da oferta, e pela visão acerca da capacidade de ajustamento das economias africanas (Loxley, 1986, p. 122).

3.2. Liberalização Financeira

A liberalização financeira é considerada a resposta à regulamentação governamental inapropriada para a mobilização eficiente dos recursos domésticos, e seu emprego em investimento produtivo. Contudo, essa experiência teve um impacto adverso em muitos países em desenvolvimento, originando em muitos casos um aumento bastante acentuado da taxa de juro, falência generalizada de instituições financeiras, deterioração da inflação, aumento dos défices externo e desestabilização da taxa de câmbio.

As razões deste desastre podem ser imputadas a alguns erros de política. Alawode e Ikhide (1997) referem dois fundamentais. Primeiro, a liberalização financeira foi efectivada pela remoção completa de todos os controlos sobre as instituições financeiras, e pouca ou nenhuma atenção foi prestada à prescrição e desenvolvimento de regulamentação e controlos prudenciais, que constituem um componente vital do “pacote” da liberalização financeira.

Por outro lado, existiram erros graves no *timing*, sequência e velocidade da reforma financeira, durante a implementação dos programas de estabilização e ajustamento estrutural. Quanto ao *timing*, a estabilidade monetária e fiscal deve preceder sempre a liberalização financeira, para que esta não agrave os desequilíbrios. No que respeita à sequência, é necessário reestruturar as instituições financeiras e preparar o sistema financeiro para a concorrência antes de o liberalizar. Na velocidade é fundamental uma liberalização gradual, que se estenda por um período alargado. Este factores não foram, na maioria das vezes, tomados em conta a quando da implementação da condicionalidade.

Se a liberalização e a flexibilidade da taxa de juro for demasiada, o que acontece? Face à flutuação contínua dos preços das exportações primárias, teriam de existir movimentos compensatórios da taxa de câmbio bastante acentuados, assim como mudança no equilíbrio fiscal e nas taxas de expansão de crédito. Isto iria criar um ambiente de constantes alterações dos preços que iria trabalhar contra os sinais estáveis que os preços deveriam transmitir aos potenciais investidores nos novos bens de exportação (Saitoti, 1986).

A liberalização da Balança de Capitais encorajou a transferência de capitais por residentes domésticos africanos para contas pessoais e investimentos internacionais lucrativos por todo o mundo. Existe uma ampla evidência de uma crescente acumulação privada que não é reinvestida nos países onde a riqueza é gerada (UNIDO, 2000, p. 17).

3.3. Liberalização das Importações

A questão imediata associada à liberalização das importações é se a liberalização serve para aumentar realmente o investimento de uma economia? A capacidade de investimento numa economia depende da soma dos empréstimos externos líquidos com a poupança interna. Os primeiros são exógenos e o efeito do aumento da taxa de juro nas poupanças é teoricamente ambíguo (Rodrik, 1990, p. 937). Se a esta conclusão juntarmos a análise efectuada no ponto anterior, facilmente se dissipam os efeitos associados à liberalização, enunciados pela corrente neoclássica.

A sua utilização com efeitos positivos depende da forma como é introduzida. Neste ponto é importante considerar a velocidade de implementação da liberalização: no geral o processo deverá ser tanto mais curto quanto menor for a rigidez no mercado de trabalho, quanto menos específico for o capital físico e humano, mais flexíveis as respostas dos empresários, e mais curto for o ciclo de vida do capital físico nas

actividades em contracção. O processo deveria ser mais rápido quanto maior for a elasticidade de substituição da produção e mais rápidas as reacções dos agentes à mudança entre sectores (Michaely, 1989, p. 117).

Na África Sub-Sahariana a liberalização de importações foi levada a cabo antes da capacidade de exportação ter sido reforçada. A criação de uma política integrada de industrialização e desenvolvimento tecnológico, que garantisse o seu fomento (elemento crítico no crescimento da Ásia Oriental) está ausente nos programas de ajustamento estrutural (Stein e Nissanke, 1999, p. 408).

Em vez disso, o aumento das exportações seria supostamente alcançado exclusivamente através da reafecção da produção para os bens exportáveis, fruto do incentivo proveniente do ajustamento da taxa de câmbio real. No entanto, como referem Stein e Nissanke (1999), esta expectativa pode sair facilmente gorada, porque por um lado os ajustamentos na taxa de câmbio real não têm os efeitos esperados e, por outro, uma transferência de recursos entre actividades produtivas leva um tempo considerável, envolvendo novos investimentos em fábricas e técnicas de trabalho e gestão.

3.4. A consequente desindustrialização

No entretanto, a liberalização das importações tem um impacto imediato: o encerramento das empresas dedicadas às actividades de substituição de importações e uma deterioração da Balança Comercial, associado ao afluxo imediato de bens de consumo importados. Isto, por sua vez, origina uma crise da Balança de Pagamentos. Neste âmbito, as anteriores indústrias de substituição de importações, embora nem sempre eficientes, requerem uma atenção que impeça o seu colapso, uma vez que algumas revestem-se de importância estratégica e detêm condições reais para se tornarem internacionalmente competitivas (Tarp, 1993, p. 36).

A preponderância hegemónica das forças de mercado impede que tal actuação seja prescrita, e como referem Stein e Nissanke (1999), Gibbon (1998) e Stein (1992), entre outros, a desindustrialização é a consequência mais frequente. As políticas de ajustamento produzem esse efeito, tanto quanto consideramos o lado da procura ou o da oferta. As indústrias existentes verão os seus custos subir com despesas crescentes no pagamento de juros, nos custos das importações e nos preços das matérias-primas (reflexo do aumento do preço agrícola). Do lado da oferta, a competição irá aumentar devido ao fluxo de bens de consumo importados, à liberalização dos sistemas de afectação de divisas externas, da remoção das barreiras proteccionistas e liberalização dos controlos de preços.

Os quadros em anexos sintetizam as principais políticas de estabilização e ajustamento estrutural, as suas consequências esperadas e efectivas e o impacto que tiveram na economia Moçambicana, que iremos analisar agora.

O impacto dos programas e da intervenção do Banco Mundial e FMI na estrutura industrial das economias Guineense e Moçambicana

No caso da economia Guineense, um relatório sobre a Evolução Sócio-Económica da Guiné-Bissau: 1990-1994, publicado pelo Crédito Predial Português, denuncia a situação do sector industrial.

O primeiro programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau data de Maio de 1987, e a consequente reorientação do processo de desenvolvimento relegou para último plano toda a problemática relacionada com a organização e administração do sector

industrial. Como consequência, grande parte das pequenas unidades de transformação desapareceram ou encontram-se inoperacionais (CPP, 1994, p. 27). O sector industrial teve uma taxa média de crescimento praticamente nula, durante o período 1990-94, acrescenta o relatório.

O governo guineense questionou a rapidez do processo de reequilíbrio proposto, que implicaria fortes impactos económicos e sociais. A fragilidade do país, a evolução desfavorável do preço internacional dos produtos exportados, a concentração das exportações num número reduzido de produtos, cuja elasticidade da procura é baixa, e a dificuldade de diversificação da estrutura produtiva constituíram os factores desfavoráveis à implementação de uma estratégia assente na promoção das exportações e na abertura da economia (Guimarães, 1992, p.66). No entanto, a dependência do país face à ajuda externa teve como consequência directa a sujeição às imposições do Banco Mundial e FMI.

Por seu turno, Moçambique juntou-se ao Banco Mundial e FMI em 1984. A partir de 1987, com o Programa de Recuperação Económica, estas organizações iniciaram uma profunda intervenção na política macroeconómica do país. Durante a década de 90 ocorre em Moçambique um fenómeno que ficou conhecido como a guerra do caju, que é o reflexo da luta entre um sector transformador que se procurava revitalizar, e para isso necessita de matéria-prima local, e um sector exportador de matéria-prima em bruto, dominado pelos interesses da indústria de descasque indiana.

Neste diferendo de interesses destaca-se a posição do Banco Mundial, fiel às suas convicções económicas, como determinante para o futuro deste indústria transformadora autóctone. A sua preferência recai sobre a exportação, associado à crença na possibilidade de captação de divisas por via da exportação da castanha, ligado a um contexto favorável de valorização do mercado internacional.

Como refere Leite (1999), a posição do Banco Mundial em relação ao diferendo é captada nas seguintes frases: *“no caso da indústria do caju a privatização só por si não chega para assegurar a viabilidade económica do investimento”*. As suas convicções advêm do modelo neo-clássico, que apela a uma rápida liberalização do sector com o objectivo de conduzir à subida do preço pago ao produtor, reforçando o incentivo para a produção de castanha. Para tal recomenda que o governo autorize a liberalização sem restrições das exportações de castanha forçando as indústrias locais a competir com os preços de exportação. O Banco Mundial admite que esta medida poderia ter impactos negativos sobre a indústria de caju, nomeadamente sobre o emprego, mas considera que a excesso de oferta de trabalho seria absorvido pelo sucesso da produção de castanha.

No entanto, esta posição apenas contribui para o reforço a desindustrialização e para a destruição da base industrial existente, ainda mais sendo esta indústria responsável por acrescentar valor a uma matéria-prima produzida localmente. As consequências relacionadas serão inevitavelmente a redução do investimento tecnológico e da modernização organizacional; a substituição de trabalho industrial por rural; o aumento da dependência do mercado internacional e a deterioração dos termos de troca; o incentivo à mono-produção e a redução da diversificação na produção agrícola.

Relacionada com este tema estão igualmente os programas de privatização das empresas estatais moçambicanas, que Cramer (2001) considera desprovidos na necessária promoção de um ambiente de mercado competitivo forte e eficiente, e do quadro regulador para os sectores com restrições competitivas. A conclusão é que os programas de privatização em Moçambique foram incapazes de promover o

desenvolvimento de indústrias genuinamente competitivas, alicerçadas na inovação de produto e processo e desenvolvimento organizacional.

Essencialmente, os programas de ajustamento apenas procuraram uma privatização rápida, existindo mesmo privatização subsidiada pelo governo Moçambicano, o que reflecte a fraqueza do sector privado e o carácter político da privatização, associado a *rent-seeking* e apropriação de recursos pelas elites políticas.

Conclusão

Os Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural determinaram o rumo da política económica, a partir de meados da década de 80, nos países da África Sub-Sahariana, da qual fazem parte países como Moçambique, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

O seu conteúdo é alicerçado numa abordagem neo-clássica da economia e as suas políticas revelam-se incoerentes e inadequadas as necessidades desses países. O impacto adverso de políticas económicas (demasiado) austeras de redução da absorção, associado a uma liberalização, quer dos principais preços de referência (taxa de câmbio) quer das trocas, provocaram uma redução abrupta da capacidade de investimento, ao mesmo tempo que aumentaram a concorrência internacional. Somando a isto a redefinição pouco adequada da dimensão e do papel do Estado e do investimento público nas economias africanas, criaram-se as condições para a destruição da base industrial existente, culpada de uma ineficiência estrutural, que em muitos casos existe, é certo, sem que as políticas económicas “ajustadoras” conseguissem construir uma alternativa de crescimento industrial.

Moçambique e Guiné-Bissau sofreram o impacto negativo dessa intervenção que reduziu a capacidade industrial existente e que em termos sociais contribuiu para o aumento do desemprego manufactureiro, agravando a dependência das actividades informais e as tensões sociais. O processo de privatização é um exemplo claro do agravamento da desigualdade na distribuição da riqueza entre grupo sociais, contribuindo para intensificar a pobreza urbana e a instabilidade social.

Em termos económicos, a consequência foi o retrocesso para uma dependência acrescida do sector exportador primário, que por sua vez está desprovido de valor acrescentado significativo e extremamente dependente dos mercados internacionais, ou seja, da flutuação dos termos de troca. A desindustrialização é assim (embora de forma não exclusiva) a consequência de um conjunto de políticas internacionais de cooperação e desenvolvimento.

Medidas de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial

Medidas de Ajustamento Estrutural	Efeitos desejados	Efeitos Obtidos	Caso da Moçambique
Sector externo			
- Liberalização das importações e das exportações	- Permitir que o sistema de preços e as vantagens comparativas actuem	Excesso de optimismo em relação à expansão dos ganhos das exportações tradicionais. Neste âmbito, as anteriores indústrias de substituição de importações, embora nem sempre eficientes, requerem uma atenção que impeça o seu colapso, uma vez que algumas revestem-se de importância estratégica e detêm condições reais para se tornarem internacionalmente competitivas	O B.M. recomenda que o governo autorize a liberalização sem restrições das exportações de castanha de caju, forçando as indústrias a competir com os preços de exportação, o que implica a eliminação da sobretaxa de exportação da castanha em bruto.
- Liberalização das taxas de câmbio	- Idem	A utilização sistemática deste instrumento aproxima-se de um processo de desvalorização competitiva, com riscos particulares para os países exportadores de matérias-primas, que em último nível origina uma redução dos preços mundiais. A oferta de inputs vitais para o sector agrícola é refreada pelo aumento do seu preço. O mercado das divisas externas é capturado pelas grandes empresas externas.	
- Legislação para atrair investimento estrangeiro	- Rentabilizar sectores, sobretudo o capital intensivo (ex: minas)	A imposição da desvalorização e a liberalização da taxa de juro apenas encorajou lucros elevados para o sector financeiro estrangeiro, enquanto o impacto na produção é indeterminado. Crescente acumulação privada que não é reinvestida países onde a riqueza é gerada. O sector financeiro estrangeiro foi o mais beneficiado pela liberalização dos mercados	
Administração central e local			
- Aumento da produtividade dos funcionários e desburocratização	- Racionalizar o aparelho de Estado		No caso Moçambicano, como na maioria das economias e em diferentes graus, o sector privado e o público são afectados pela mesma cultura de interações e tomada de decisão. A privatização não vai mudar radicalmente a forma como se tomam as decisões económicas. Em certa medida, o anterior sector público é que está a construir o novo sector privado.
- Alargar o leque salarial	- Incentivar trabalho mais qualificado		
- Reforma fiscal	- Aumentar as receitas do Estado		
- Alteração das prioridades orçamentais e do investimento público	- Alterar a acção do Estado na economia		
Sector empresarial do Estado			
- Reforma, encerramento ou privatização das empresas públicas	- Rentabilizar o sector e diminuir a acção do Estado na economia	As privatização indiscriminada originou a descapitalização do mercado de activos tomando o mercado atractivo ao capital especulativo externo. A privatização é mais uma oportunidade de transferir o capital doméstico para o exterior. Nas empresas públicas, a questão essencial não deve ser a dimensão, mas a sua eficiência. A análise da performance deve ser indicador de o que privatizar e como o fazer. A liberalização da balança de capitais encorajou a transferência de capitais por residentes domésticos africanos para contas pessoais e investimentos internacionais lucrativos por todo o mundo.	Privatização não acompanhada pela promoção de um ambiente de mercado competitivo forte e eficiente, nem de um quadro regulador para os sectores com restrições competitivas. O processo de privatização foi subsidiado pelo governo Moçambicano reflecte a fraqueza do sector privado e o carácter político da privatização, associado a rent-seeking e apropriação de recursos pelas elites políticas. As críticas principais ao processo de privatização em Moçambique considerado o mais bem sucedido de África são: as empresas foram vendidas demasiado baratas; o processo não foi transparente.
Sector financeiro			
- Crédito selectivo	- Incentivar o investimento produtivo	O racionamento do crédito não é resultante apenas das distorções introduzidas pelo Estado, mas é uma característica inerente à organização do mercado de crédito nos países em desenvolvimento. O factor essencial no incentivo ao investimento é a ausência de um empresariado autóctone.	
- Liberalização da actividade bancária	- Aparecimento de bancos privados	A liberalização financeira teve um impacto adverso em muitos países em desenvolvimento, originando em muitos casos um aumento bastante acentuado da taxa de juro, falência generalizada de instituições financeiras, deterioração da inflação, aumento dos défices externo e desestabilização da taxa de câmbio.	
Mercado de trabalho			
- Liberalização da legislação dos despedimentos	- Assegurar a mobilidade do factor trabalho	As rigidez estruturais impedem a mobilidade dos factores de produção. Aumento das tensões sociais.	O processo de privatização implicou a perda de emprego, e não foram implementadas políticas complementares que assegurassem a criação de emprego, nem tão pouco garantissem o pagamento das indemnizações devidas pelos novos proprietários locais descapitalizados.
- Supressão de qualquer tipo de indexação salarial	- Assegurar a acção do mercado		
Sector social			
- Investimento em capital humano a nível básico	- Apoiar mas racionalizar a saúde, a educação, a nutrição e água potável; minorar os efeitos sociais negativos do ajustamento	Os fundos disponíveis para esta vertente são escassos e não atingem os mais carenciados. As medidas sociais não são de implementação obrigatória. Incapacidade dos programas para garantir emprego suficiente.	
- Combate à pobreza, sobretudo urbana		Aumento da desigualdade na distribuição da riqueza	
Sector industrial e mineiro			
- Formação e incentivos a empresários e trabalhadores	- Aumento da produtividade	Investimento reduzido na criação de uma política integrada de industrialização e desenvolvimento tecnológico.	Os programas de privatização em Moçambique foram incapazes de promover o desenvolvimento de indústrias genuinamente competitivas, alicerçadas na inovação de produto e processo e desenvolvimento organizacional.
Sector agrícola e das pescas			
- Aumento de preços ao produtor, sobretudo dos bens exportáveis	- Melhoria dos termos de troca	O excessivo pendor na produção de bens primários para exportação contribuiu para o declínio da produção de bens alimentares para consumo interno. A intensificação da exportação reduziu o preço no mercado internacional.	A posição do BM em relação à questão do caju Moçambicano advém do modelo neo-clássico, que apela a uma rápida liberalização do sector com o objectivo de conduzir à subida do preço pago ao produtor, reforçando o incentivo para a produção de castanha.
- Incentivos e apoios às estruturas privadas de escoamento de produção com preços livres	- Reforço da produção agrícola como base de desenvolvimento		Os argumentos base na defesa da exportação são: o baixo rendimento dos produtos que produzem para a indústria nacional a baixo preço; o desincentivo que tal para o incremento da oferta de castanha; e a ineficiência do indústria transformadora.

Medidas de Estabilização do FMI

Medidas de Estabilização	Efeitos desejados	Efeito Obtido
Sector externo		
· Desvalorização da taxa de câmbio real	· Aumento da competitividade externa, diminuição das importações; aumento das exportações	Aumento dos custos operacionais do investimento produtivo. Desvalorização nominal não implica desvalorização real. A desvalorização terá efeitos inflacionistas provocados pelo aumento do preço dos inputs importado. Os custos dos fundos domésticos e externos para investimento aumentam bastante com a desvalorização. Estes factores prejudicam a expansão industrial.
· Eliminação dos subsídios às importações e redução dos impostos sobre exportações	· Diminuição das despesas públicas, incentivo da exportação, diminuição das receitas públicas e, conseqüentemente, do peso do Estado na economia.	O aumento da exportação alcançado através da reafecção da produção para os bens exportáveis não acontece devido a inexistência dos ajustamentos na taxa de câmbio real, e devido a transferência de recursos entre actividades produtivas não ser imediata, envolvendo novos investimentos em fábricas e técnicas de trabalho e gestão.
· Liberalização das importações	· Aumento da concorrência e da eficiência na utilização dos recursos; possibilidades das empresas nacionais acederem aos inputs importados	A concorrência externa aniquila indústrias potencialmente competitivas, provocando desindustrialização. A redução abrupta das tarifas fruto da liberalização indiscriminada das importações reduziu drasticamente as receitas dos impostos sobre o comércio, originando a deterioração do equilíbrio fiscal.
Administração central e local		
· Despedimento e reforma de pessoal excedentário	· Redução das despesa públicas e da procura	Impacto Social considerável das políticas; Recuo do sector formal e incremento dos esquemas informais de sobrevivência
· Contenção dos salários	· Redução das despesa públicas	
· Redução dos investimentos públicos	· Redução do défice do sector público através do aumento das receitas e diminuição das despesas; diminuição da procura global	Maior redução das despesas do que aumento das receitas públicas. Os cortes nas despesas em infra-estruturas inibiram o crescimento da agricultura e da manufactura orientada para as exportações
· Aumento do preço dos serviços públicos	· Aumento da rentabilidade das empresas públicas	Redução dos benefícios sociais e do acesso por parte dos segmentos mais pobres da população
Sector empresarial do Estado		
· Redução dos efectivos		Os problemas de distribuição e as tensões sociais
Sector financeiro		
· Limitação do crédito ao Estado, às empresas públicas e aos sectores não exportadores (política selectiva de crédito)	· Controlar a oferta de moeda, diminuindo a procura e especialmente as importações	As alterações da taxa de juro originam uma queda acentuada do crédito doméstico e uma redução do investimento produtivo. Dificuldades práticas acrescidas para o controlo efectivo da moeda e do crédito doméstico. O controlo do crédito doméstico torna-se impossível devido à inexistência de operações de mercado aberto. Os tectos de crédito impedem a maioria das empresas domésticas de expandir a procura e cumprir os objectivos de exportação.
· Fixação (aumento) de taxas de juro reais positivas para as operações passivas e activas	· Incentivo à poupança; controlo da procura agregada através da diminuição do investimento	Taxas de juro mais elevadas aumentaram a carga fiscal da dívida doméstica, através do aumento dos juros sobre a dívida. A liberalização financeira abrupta pode originar crises financeiras e bancárias e o aumento do crédito malparado. O impacto da taxa de juro na poupança não é significativo e tem efeitos negativos: desencoraja o investimento, provoca inflação e piora o serviço da dívida pública.
Preços e comércio		
· Liberalização do comércio e dos preços	· Restabelecer o sistema de mercado	A liberalização das importações tem um impacto imediato: o encerramento das empresas dedicadas às actividades de substituição de importações e uma deterioração da Balança Comercial, devido ao afluxo imediato de bens de consumo importados
· Fim dos preços subsidiados	· Idem; diminuir a procura e as despesas públicas	
Mercado de trabalho		
· Limitação dos aumentos salariais		

Bibliografia:

ALAWODE, A. e IKHIDE, S. (1997), “Why Should Financial Liberalization Induce Financial Crisis?”, *Savings and Development*, N.º 3, XXI, pp. 261-272.

BAZIN, S. e THIRLWALL, A. (1989), *De-Industrialisation: Studies in the UK Economy*, Heinemann, London.

CPP (1994), *Guiné-Bissau: Evolução Sócio-Económica 1990-1994*, Crédito Predial Português.

CRAMER, C. (2001), “Privatization and Adjustment in Mozambique: a ‘Hospital Pass’?”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 27, Number 1, March.

FLORIANO, A. (2004), *A Desindustrialização na África Sub-Sahariana: As implicações práticas de um debate teórico*, Tese de Mestrado, ISEG, UTL.

GIBBON, P. (1998), “Structural Adjustment and Structural Change in Sub-Saharan Africa: Some provisional conclusions”, *Development and Change*, Vol. 27, N.º 4, Oct..

GROUND, R. L. (1984), “Orthodox Adjustment Programmes in Latin America: A Critical Look at the Policies of the IMF,” , *CEPAL Review*, 23, Agosto.

GUIMARÃES, E. M. (1992), *O Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: A Experiência dos Anos 80*, Tese de Mestrado, ISEG, UTL.

JALILIAN, Hossein e WEISS, John (2000), “De-industrialisation in Sub-Saharan Africa: Myth or Crises?”, *Journal of African Economies*, Vol. 9, N.º 1, pp.24-43.

KILLICK, Tony (1995), *IMF programs in developing countries: design and impact*, Routledge, Londres.

HELLEINER, G. K. (1992), “Structural Adjustment and Long-Term Development in Sub-Saharan Africa,” in *STEWART, F.; LALL, S.; WANGWE, S. (1992), Alternative Development Strategies in Africa*, St Martins Press, Nova York.

LEITE, J. P. (1999), “A Guerra do Cajo e as Relações Moçambique Índia na Época pós Colonial”, *Doc. de Trabalho n.º 57*, CeSA, Lisboa.

LOXLEY, J. (1986), “Alternative Approaches to Stabilization in Africa,” in *HELLEINER, G. K. (1986), Africa and the International Monetary Fund*, IMF, New York.

MANAKANI, Samba (1986), “Fund Conditionality and the SocioEconomic Situatiuon in Africa”, in *HELLEINER, G. K. (1986), Africa and the International Monetary Fund*, IMF, New York.

MICHAELY, M. (1989), “Steps of Trade Liberalization”, in *MEIER, G. M. e STEEL, W. F. (1989), Industrial adjustment in Sub-Saharan Africa*, EDI, World Bank, Oxford U.P.

MOSLEY, P.; SUBASAT, T. e WEEKS, J. (1995), “Assessing Adjustment in Africa”, *World Development*, Vol. 23, nº9, pp. 1459-1473.

NOORBAKHS, F. e PALONI, A. (1999), “Structural Adjustment Programs and Industry in Sub-Saharan Africa: Restructuring or De-industrialization?”, *The Journal of Development Areas*, 33, pp. 549-580.

OJO, Oladeji (1994), “Beyond Structural Adjustment Policies for Sustainable Growth and Development”, in *CORNIA, G. A. e HELLEINER, G. K. (1994), From adjustment to development in Africa*, St. Martin’s Press, Nova York.

PROENÇA, Carlos Srangreman (1991), *Políticas Económicas de Estabilização e de Ajustamento Estrutural na África Subsaariana*, Departamento de Economia do ISEG/UTL, 22/Outubro.

RODRIG, D. (1990), “How should structural Adjustment Programs be Designed?”, *World Development*, Vol.18, n. ° 7, pp.933-947.

SACHIKONYE, L. M. (1999), “Restructuring or De-Industrializing? Zimbabwe’s Textile and Metal Industries under Structural Adjustment”, *Research Report N. ° 110*, Nordiska Afrikainstitute, Uppsala.

SAITOTI, G. (1986), “A View from Africa”, in *HELLEINER, G. K. (1986), Africa and the International Monetary Fund*, IMF, New York.

SANUSI, J. O. (1986), “African Economic Disequilibria and International Monetary System”, in *HELLEINER, G. K. (1986), Africa and the International Monetary Fund*, IMF, New York.

STEIN, Howard (1992), “Deindustrialisation, Adjustment, the World Bank and the IMF in Africa”, *World Development*, Vol. 20, N. ° 1, pp. 83-95.

STEIN, Howard e NISSANKE, M. (1999), “Structural Adjustment and the African Crisis: A Theoretical Appraisal”, *Eastern Economic Journal*, Vol. 25, n°4, Fall.

TARP, Finn (1993), *Stabilization and Adjustment, Macroeconomic Framework for Analyzing the Crisis in Sub-Saharan Africa*, Routledge, Londres.

WEISS, John (1993), *Industry in Developing Countries: Theory, Policy and Evidence*, Routledge.

WALTHER, M. e UNMÜSSIG, B. (2001), “The New IMF “Focus on Poverty”: Are Hopes Warranted?”, *World Economy, Ecology and Development (WEED)*, Germany, in www.weedbonn.org

WORLD BANK (1994), *Adjustment in Africa: Reforms, Results and the Road Ahead*, World Bank, Oxford University Press.

UNCTAD (2001), *Economic Performance in Africa: Performance, Prospects and Policy Issues*, UNCTAD, United Nations, New York and Geneva.

UNIDO (1979), *Industrial 2000: New Perspectives*, UNIDO, New York.

UNIDO (1995), *State of World Industry and Outlook for the Post-2000 Period*, UNIDO, Nações Unidas, Global Forum on Industry, Nova Deli, Índia, 16-18 Outubro.

UNIDO (2000), *Industry and Trade in a Global Economy With Special Reference to Sub-Saharan Africa*, UNIDO, New York.